

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 34/XIV/ 1.ª SL

Aos 24 dias do mês de junho de 2020, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição no âmbito da [Petição n.º 38/XIV/1.ª](#), da iniciativa de Afonso Maria Ribeiro Rosa Moreira Pires e outros - "Contra as obras para fechar a Baixa de Lisboa"

Relatora: Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)

A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), na qualidade de relatora da petição supra identificada, juntamente com as Senhoras e os Senhores Deputados que constam da lista de presenças, procedeu à audição do primeiro peticionário, Afonso Maria Ribeiro Rosa Moreira Pires, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (na redação da Lei n.º 6/93, de 1 de março, da Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, e ainda da Lei n.º 51/2017, de 13 de julho, que a republicou) - Lei do Exercício do Direito de Petição. Depois de o cumprimentar, propôs-se ouvi-lo em nome da 13.ª Comissão acerca da matéria objeto da petição. O respetivo ficheiro áudio pode ser consultado [aqui](#).

O peticionário agradeceu o agendamento daquela audição, reiterou a argumentação constante do texto da petição, fez entrega da [documentação](#) que serviu de base à sua intervenção e reforçou a ideia de que emprestava a sua voz aos mais diretamente atingidos com a deliberação da Câmara Municipal de Lisboa no que diz respeito ao Plano ZER (Zona de Emissões Reduzidas – Avenida, Baixa, Chiado), tendo elogiado o sítio da Câmara Municipal de Lisboa a respeito da forma como está a proceder à sua divulgação.



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL

ATA NÚMERO 34/XIV/ 1.^a SL

Começou por intervir o Senhor Deputado Pedro Sousa (PS) que, tendo cumprimentado o peticionário, disse que o GP do PS é sensível às preocupações evidenciadas na petição. Não pôde, contudo, deixar de salientar que há uma estratégia nacional e internacional no que diz respeito à descarbonização. Daí que o livre acesso à Avenida, Baixa, Chiado não vá ser proibido, mas condicionado, devendo apostar-se na melhoria da rede de transportes. A respeito das 250 Zonas de Emissões Reduzidas existentes na Europa disse que é possível concluir que têm vantagens. Salientou que em Lisboa está em causa um processo participativo, com o envolvimento dos cidadãos e das freguesias e colocou duas questões: se os peticionários dispõem de algum estudo de impacto económico negativo para o comércio e qual é a solução alternativa para a redução de emissões.

Interveio de seguida a Senhora Deputada Filipa Roseta (PSD) que afirmou que tem acompanhado este processo desde há bastante tempo, pelo que tem curiosidade em ver qual vai ser o seu desfecho. Considerou que reduzir a poluição é um objetivo louvável e que retirar os carros dos centros históricos é uma medida implementada em várias cidades europeias. O segredo do sucesso destas medidas tem a ver com o envolvimento das populações no lançamento do projeto desde o seu início até à respetiva implementação. Quis igualmente saber quantas vezes reuniram com a equipa do projeto e qual a reação às queixas apresentadas.

Também a Senhora Deputada Isabel Pires (BE), depois de cumprimentar o peticionário, sublinhou a existência de uma ideia mais geral da cidade de Lisboa, que tem problemas com o excesso de tráfego e a quantidade de carros que diariamente entram na cidade de Lisboa e a necessidade de olhar para estes problemas de uma forma séria, que tem a ver com a rede de transportes públicos. Do que se conhece do projeto, opinou que não se pode pedir às pessoas que não levem o carro para o centro quando não há rede de transportes e, estando pensadas exceções, quis saber que reflexão fazem os peticionários sobre as melhorias que podem ser feitas.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) começou por lembrar que está em causa um processo eminentemente municipal, uma vez que a decisão será tomada pela



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 34/XIV/ 1.ª SL

assembleia municipal. Em todo o caso, quis saber se se confirma que o processo está parado. Relativamente às preocupações ambientais subjacentes à criação de zonas de emissões reduzidas, considerou que a forma mais eficaz de o fazer é através da melhoria das redes de transportes públicos, até porque o problema consiste em chegar ao centro da cidade de Lisboa e não apenas em circular.

Disse que programas como o “Parque” retirou mais de 100 000 carros do centro de Lisboa, que lhe causa alguma perplexidade que os carros elétricos possam circular e os outros não, porque nem todos podem ter carros elétricos e poderá haver alguma situação de desigualdade, e quis ainda saber o que vai suceder com as zonas limítrofes às zonas encerradas, ou seja, de que forma fica condicionado o seu acesso, e se foram feitos estudos de tráfego que não contemplem apenas a zona que se pretende interditar.

A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Mouro (PS) interveio para deixar duas notas: a primeira no sentido de que a Constituição respeita muito a autonomia dos órgãos autárquicos, tal como os Deputados à Assembleia da República respeitam muito a autonomia das diversas autarquias, e que consagra uma série de instrumentos de participação cívica os quais devem ser incentivados.

Na resposta dada ao Deputado Pedro Sousa, o primeiro peticionário salientou que não vai ser proibida a circulação mas apenas condicionada, ainda que para algumas pessoas esta atitude possa assemelhar-se a uma proibição; a respeito das preocupações evidenciadas com o ambiente, considerou que a frota dos autocarros ainda tem muitos veículos que não são elétricos e que poderiam sê-lo; a respeito dos táxis, disse não compreender a discriminação face aos veículos TDVE (de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica). Sobre o estudo, esclareceu que não foi feito e que deixa essa tarefa para a câmara municipal.

À Deputada Filipa Roseta confirmou que o envolvimento das pessoas foi tardio.

À Deputada Isabel Pires disse estar de acordo com a ideia relativa à importância dos transportes públicos.



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 34/XIV/ 1.ª SL

Ao Deputado Duarte Alves disse que quanto mais se alarga o raio a partir do centro, surgem novos problemas com os transportes públicos.

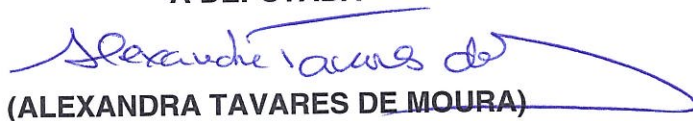
Por fim, evidenciou preocupações com a proteção de dados das pessoas que circulam no centro de Lisboa.

A final, a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) agradeceu os contributos dados pelo peticionário e explicou que, uma vez apresentado o relatório final à Comissão competente, o mesmo será apreciado e votado e que, posteriormente, quando for agendado o respetivo debate em Plenário, os peticionários serão informados atempadamente desse agendamento.

A reunião foi encerrada às 15:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 junho 2020.

A DEPUTADA


(ALEXANDRA TAVARES DE MOURA)



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 34/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Isaura Morais
Jorge Paulo Oliveira
José Cancela Moura
José Maria Cardoso
Maria da Luz Rosinha
Pedro Sousa
Alexandra Tavares de Moura
Duarte Alves
Filipa Roseta
Isabel Pires
Maria Gabriela Fonseca
Paulo Porto

